



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Acabar com a concorrência desleal no sector da engenharia civil e apoiar o desenvolvimento saudável do sector local em causa

A economia de Macau desenvolveu-se rapidamente após o retorno à Pátria. Naquela altura, o número das empresas de engenharia e a qualidade dos engenheiros locais não eram suficientes para dar resposta às grandes infra-estruturas, portanto, algumas empresas estatais entraram em Macau e introduziram técnicas de engenharia avançadas. Assim, com o apoio destas empresas, Macau desenvolveu-se depressa.

Os Jogos da Ásia Oriental, realizados em Macau em 2005, foram o primeiro evento internacional de grande envergadura após a transferência da soberania de Macau. Nessa altura, foram as empresas estatais que tomaram a iniciativa de colaborar com as empresas locais para a construção da Nave Desportiva dos Jogos da Ásia Oriental de Macau, o que permitiu a Macau realizar com sucesso esse grande evento e proporcionou aos engenheiros locais a oportunidade de treinar *in loco* e de adquirir técnicas avançadas, por isso, o sector da engenharia civil de Macau beneficiou muito e acumulou muita experiência sobre as técnicas avançadas, preparando-se assim para a sua posterior participação nos grandes empreendimentos das concessionárias do jogo, e fazendo introduzir o sector de engenharia de Macau no Interior da China e no exterior.

Na sessão de perguntas e respostas sobre o relatório das LAG realizada no dia 17 de Novembro de 2020, o Chefe do Executivo afirmou que a adjudicação da



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

construção da residência para idosos ia ser feita por ajuste directo. No dia seguinte, o Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas anunciou que a empreitada de concepção e construção de apartamentos para idosos na Avenida do Nordeste tinha sido adjudicada à Companhia de Engenharia e de Construção da China (Macau), Limitada, por pouco mais de dois mil milhões de patacas. Segundo o sector da engenharia local, as empresas locais têm capacidade suficiente para a execução das obras de construção dos apartamentos para idosos, e esperam aprender as técnicas de montagem mais recentes através do processo de construção *in loco*.

Nos últimos anos, quer nas obras do Governo da RAEM, quer nas obras de expansão das seis concessionárias do jogo ou nas obras de pequena e média dimensão, houve concorrência comercial desleal, porque as empresas estatais realizaram as obras a baixo custo ou mesmo com prejuízo, não havendo para estas empresas um limite máximo para a contratação de trabalhadores não residentes. Assim, o número e a proporção de TNR contratados por essas empresas são muito mais elevados do que os contratados pelas empresas locais, as quais deparam-se com dificuldades de exploração devido a esta concorrência desleal. Para além da injustiça na adjudicação das obras, os outros sectores, como os de decoração de interiores, convenções e exposições, e limpeza e segurança, em relação aos quais há menos exigências técnicas, também estão sujeitos à concorrência das empresas estatais, situação que não favorece a introdução em Macau de técnicas avançadas, antes pelo contrário, está a reprimir o desenvolvimento das empresas locais dos referidos sectores.

Antes, a chegada das empresas estatais oferecia aos engenheiros locais a oportunidade de aprender técnicas avançadas e de adquirir experiência em



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

termos das obras e, mais, sendo Macau uma plataforma de intercâmbio entre a China e os Países de Língua Portuguesa, os profissionais do sector da engenharia, nomeadamente, os engenheiros bilingues em chinês e português, tinham a oportunidade de levar as técnicas avançadas aprendidas com as empresas estatais para os Países de Língua Portuguesa. No entanto, agora, algumas empresas estatais já não contratam engenheiros locais, por quererem obter lucros máximos, portanto, já não há uma plataforma para os engenheiros locais aplicarem os seus conhecimentos e fazerem treinos *in loco*, não podendo assim levar as técnicas avançadas para os Países de Língua Portuguesa, tal como antes, nem podendo maximizar o papel de Macau como plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil, sobre o seguinte:

1. Nos últimos anos, algumas empresas estatais recorreram a formas de concorrência como o baixo custo, e até tendo prejuízo, para “roubar” o trabalho dos sectores em relação aos quais há menos exigências técnicas (por exemplo, os de decoração de interiores, convenções e exposições, limpeza e segurança), conduzindo o monopólio no mercado. Assim sendo, o Governo deve realizar um inquérito no mercado local sobre este fenómeno, para as PME locais poderem concorrer de forma leal e em pé de igualdade. Vai fazê-lo?
2. Segundo o sector da engenharia civil de Macau, as empresas locais têm uma quota diferente da das empresas estatais para a contratação de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

trabalhadores não residentes. Somando as quotas para os trabalhadores que trabalham no escritório e para os que trabalham no estaleiro, algumas empresas estatais podem contratar 1 local e 99 não residentes, por isso, com este rácio, as empresas locais dificilmente conseguem concorrer com as empresas estatais. O Governo deve então lançar medidas para acabar com esta concorrência desleal, assegurando um equilíbrio na concorrência empresarial. Vai fazê-lo?

3. Quando uma empresa local participa num concurso em parceria com outras empresas, significa que já sabe que as empresas com que colabora têm certas experiência em obras, mas, segundo o actual regime de pontuação para as obras públicas, as empresas locais que realizam uma obra em colaboração com outras empresas com experiência têm menos pontuação no item “experiência”, portanto, o Governo deve melhorar o método de pontuação referente à “experiência” em obras públicas, para as micro, pequenas e médias empresas poderem ter mais margem de manobra na colaboração com outras empresas. Vai fazê-lo?

19 de Novembro de 2020

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,
José Maria Pereira Coutinho**